

■ NACIONAL

Protesto afeta vendas de madeira amazonense

Greenpeace aborda mais um navio em porto europeu, na sétima manifestação contra a extração predatória promovida em apenas um mês

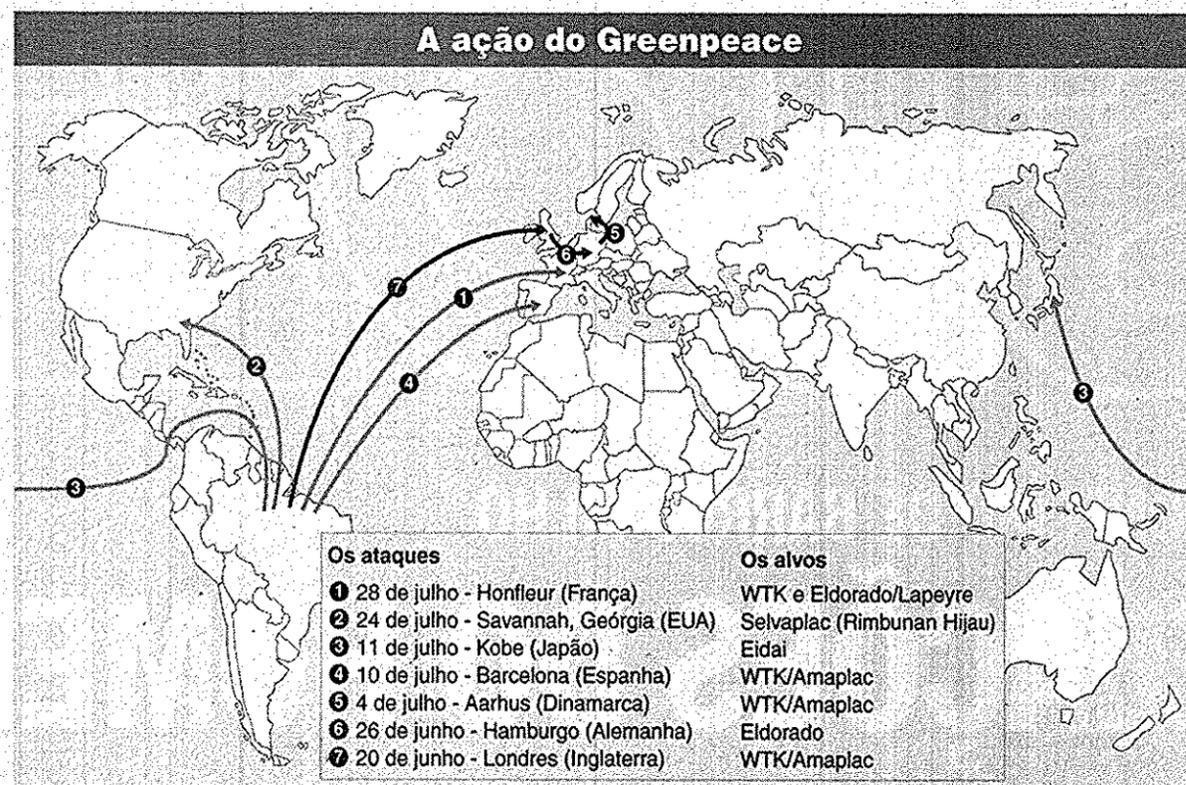
Regina Scharf
de São Paulo

O Greenpeace ataca novamente. Na manhã da última sexta, sete militantes invadiram o MV Aquitania, ancorado no porto francês de Honfleur e impediram o desembarque de madeira amazônica extraída de forma irregular, segundo a entidade. "Lacramos por dentro as torres que dão acesso aos guindastes", contou Flávio Montiel, um dos coordenadores da ação, por telefone, de dentro do navio. "Para abrir, só com macharico". Vinte e sete horas depois, ele e seus colegas foram retirados dali por uma tropa de choque. Em um mês, esta já é a sétima manifestação em depósitos ou portos que recebiam madeira brasileira. Outros dez protestos visaram denunciar o corte abusivo de florestas da Rússia, Canadá e Camarões.

Tanta movimentação tem duas consequências. A primeira é que muitos ativistas — inclusive vários brasileiros — já foram jogados ao mar, detidos ou acionados judicialmente. Uma segunda consequência, menos evidente, é a influência desses episódios nos países ricos, que pagaram pelo menos US\$ 350 milhões pelas madeiras amazônicas em 1999.

As empresas que estão na mira do Greenpeace — sobretudo a japonesa Eidai e a Amaplac, ligada ao grupo malaio WTK — já começaram a perder contratos em função da propaganda negativa. "Os importadores acabam procurando produtos alternativos", diz Roberto Vergueiro Pupo, segundo vice-presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará e do Amazonas (Aimex). "Nos últimos cinco anos, pelo menos 15% da madeira consumida na França foi substituída por plástico PVC, em função desse tipo de pressão".

Mercado para a madeira sempre haverá — mas não para qualquer ma-



Fonte: Greenpeace

deira. Na sexta-feira, enquanto os ativistas se amarravam ao MV Aquitania, o primeiro-ministro britânico, Tony Blair e seu ministro de Meio Ambiente, Michael Meacher, anunciavam que as repartições de seu país passariam a dar preferências à madeira que tivesse o certificado concedido pelo Forest Stewardship Council (FSC) — selo que indica que o produto provém de manejo sustentável, também defendido pelo Greenpeace.

"Optamos pela pirataria ecológica justamente para pressionar os países do G-8 e da União Européia, responsáveis por 78% da importação de madeira tropical mundial, a comprar apenas madeiras certificadas pelo FSC", explica Flávio Montiel.

Essa pressão do Greenpeace já se fez sentir em todo o Hemisfério Norte. Em Savannah (EUA), cinco ativistas se amarraram com

correntes ao casco do CIC Light. Em Kobe, no Japão, invadiram um navio que transportava 11 contêineres de compensados amazônicos. O MV Enif, com um carregamento de madeira da WTK, foi abordado em suas três escalas, em Londres, Hamburgo (Alemanha) e Aarhus (Dinamarca), em menos de 20 dias.

Em Barcelona, na Espanha, uma motosserra de 17 metros foi instalada na porta do depósito central da Lapeyre, gigante do ramo da construção ligada ao grupo Saint-Gobain que faturou o equivalente a R\$ 1,9 bilhões no ano passado. Na sexta-feira, a Lapeyre foi novamente alvo do Greenpeace, quando re-

cebava em Honfleur carga de sua subsidiária amazônica, a Eldorado, e da WTK. Procurados por este jornal, os dirigentes da Eldorado, Frank Creti e Francisco Macedo, e da WTK, Georges Jamal, não foram localizados.

"Não se entende ataque a quem tem autorização do Ibama, da Receita e da alfândega", diz Pupo Vergueiro, da Aimex

floresta e pagando impostos", diz Ruy de Góes, coordenador da campanha Amazônia do Greenpeace. Mas Vergueiro Pupo, da Aimex, contesta o ataque a empresas legitimadas pelo governo. "Não dá para entender o ataque a alguém que conseguiu autoriza-

ções do Ibama, das receitas estadual e federal, e da alfândega para exportar", diz.

De fato, o próprio Greenpeace admite que alguns dos carregamentos atacados são legais mas ilegítimos. "O próprio governo calcula que pelo menos 80% da exploração madeireira na região é clandestina", diz Góes. "Muitas empresas com planos de manejo aprovados 'esquentam' toras de fontes não autorizadas; outras simplesmente ignoram o plano de manejo".

Por isso, explica, o Greenpeace selecionou partidas de madeiras autuadas várias vezes pelo Ibama, a agência ambiental federal. "Dos 159 fornecedores da Eldorado, 77 já foram multados por posse ou transporte de madeira sem documentação", afirma. Góes lembra, também, que com a intervenção no Ibama do Pará, no começo do ano, foram revisados 1.293 planos de manejo no estado. Desses, cerca de 800 já foram suspensos e 300 cancelados.

Pelo menos seis contratos da WTK já foram cancelados, segundo o Greenpeace. O Museu Britânico, destino de carga enviada pela madeira e interceptada pela ONG no porto de Londres, em 20 de junho, teria decidido suspender novos pedidos, pelo menos por enquanto.

A paraense Endai, que faturou US\$ 32 milhões no ano passado, também perdeu negócios, sobretudo na Inglaterra, segundo seu diretor jurídico, Tsuguo Koyama. "Os problemas começaram em dezembro do ano passado, quando fomos multados porque o Ibama encontrou 7 metros cúbicos de madeira sem documentação no nosso depósito", explica. "Mas esse volume era menos de 1% do que tínhamos em estoque e o resto estava com todos os papéis em dia". O quadro se complicou três semanas atrás, quando seu produto foi interceptado

pelos ambientalistas no porto de Kobe, no Japão.

Segundo ele, hoje a empresa não tem capital para manejar florestas em áreas próprias. Pretende, no entanto, ganhar maior autonomia. Em sete anos, segundo Koyama, a Endai deverá reduzir as compras de terceiros a apenas metade da sua produção. "É o governo que tem que fiscalizar e exigir certificação dos nossos fornecedores, não nós", diz.

Apesar da decisão de Tony Blair e histórias como a da Endai, a possibilidade de perda de mercados ainda não assusta muito as madeiras amazônicas. "Temos que lembrar que os maiores mercados de madeira tropical — Brasil, Tailândia e Índia — ainda não se preocupam muito com a procedência da madeira", diz Vergueiro Pupo. "E a Holanda, um dos países que mais pressiona pela certificação, representa apenas 0,03% do mercado internacional".